

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO n° 47/2016

PREGÃO PRESENCIAL N° 18/2016

OBJETO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. OBJETIVANDO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, BEM COMO DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO NECESSÁRIOS PARA AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ABRIGO E CBEM.

LOTE 01 a 103 (VER ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA):

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 15/03/2017 às 08h00min.

LIMITE PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 05/04/2017 às 09h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: 05/04/2017 às 09h01min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: 05/04/2017 às 13h00min.

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL, NO SETOR DE LICITAÇÕES, COM O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO.

ENDEREÇO: CORONEL MEZA, N° 373

REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo, será observado o horário de Brasília (DF).

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: **365 DIAS**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR LOTE**

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: ITEM 13 DO EDITAL

Naiane de Carvalho Soares
Portaria 307/2015
Pregoeiro Oficial
comliclavrasdosul@gmail.com



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Lavras do Sul
CNPJ 88.201.298/0001-49
Rua Cel. Meza, 373 – centro, Cx. Postal 05.
CEP 97390-000
Lavras do Sul/RS
Fone: 55 3282 1267

PROCESSO N° 47/2016 PREGÃO PRESENCIAL N° 18/2016

LIMITE PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 05/04/2017 às 09h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: 05/04/2017 às 09h01min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: 05/04/2017 às 13h00min.

PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, BEM COMO DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO NECESSÁRIOS PARA AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ABRIGO E CBEM.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO**, para o conhecimento dos interessados, que encontra-se aberta Licitação na modalidade de Pregão Presencial n°18/2016, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** – Processo n°47/2016, objetivando o Registro de Preços dos bens relacionados no Termo de Referência, ANEXO I, deste Edital, nos termos da **Lei n° 10.520 de 17/07/2002 e do Decreto Municipal n°4960 de 07 de Outubro de 2008 com aplicação subsidiária da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores**, encerrando-se o prazo para recebimento dos envelopes da **PROPOSTA DE PREÇO** e dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** no local, dia e até a hora abaixo mencionados. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

LOCAL: Sala do Setor de Compras e Licitações, com o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, na Rua Coronel Meza, n° 373, Centro, Lavras do Sul/RS.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, BEM COMO DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO NECESSÁRIOS PARA AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ABRIGO E CBEM**, conforme Anexo I – Termo de Referência, observadas as especificações ali estabelecidas, visando aquisições futuras pelo órgão relacionado no Termo de Abertura.

2. DA PARTICIPAÇÃO:

2.1. Poderão participar deste Pregão todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, conforme estabelecido neste Edital.

3. DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

3.1. A validade das propostas apresentadas será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da sua apresentação, preservando-se o direito da Administração de chamar as empresas classificadas, a qualquer tempo para a assinatura da Ata/Contrato para fornecimento.

4. DO CREDENCIAMENTO:

4.1. O Licitante deverá apresentar-se para **credenciamento** junto ao Pregoeiro, diretamente ou através de seu representante legal que, devidamente identificado e credenciado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse do representado.

4.2. O licitante também deverá apresentar declaração dando ciência de que cumpre plenamente os **requisitos de habilitação**.

4.3. A documentação referente aos subitens **4.1** (credenciamento) e **4.2** (declaração de habilitação) deverá ser apresentada fora dos envelopes.

4.3.1. O licitante que não optar por credenciar representante legal, para participar da etapa de lances verbais, deverá igualmente e obrigatoriamente, apresentar a declaração constante no item 4.2 fora dos envelopes.

4.4. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) Se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de Sociedade Comercial e no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de Sociedade Civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de Empresa ou Sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

b) Se representante Legal, deverá apresentar:

b.1) Instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de todas as pessoas com poderes para outorga de procuração e, também, o nome do outorgado, constando ainda a indicação de amplos poderes para dar lances em licitação pública;

ou

b.2) Credencial outorgada pelos representantes legais do licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, conforme Modelo Anexo deste Edital.

OBSERVAÇÃO: Em ambos os casos (**b.1** e **b.2**), deverá ser acompanhado do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa (por exemplo, ato constitutivo/Contrato Social, conforme **alínea “a”** do **item 4.4**).

4.4.1. É obrigatória a apresentação de documento de identidade.

4.5. Caso o Contrato Social ou o Estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para fins deste procedimento licitatório.

4.6. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença do Licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.

5. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

5.1. Para participação no presente certame, o licitante, além de atender ao disposto no **item 9** deste edital, devendo apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL
EDITAL Nº 47/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016
ENVELOPE DE Nº 01 – PROPOSTA
NOME COMPLETO DA EMPRESA LICITANTE**

**AO MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL
EDITAL Nº 47/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO
NOME COMPLETO DA EMPRESA LICITANTE**

6. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

6.1. No dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nº 01 – PROPOSTA DE PREÇO e 02 – DOCUMENTOS.

6.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.

6.3. O Pregoeiro realizará o credenciamento dos interessados, os quais deverão comprovar por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do certame.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS:

7.1. A Proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 365 dias, deverá ser apresentada datilografada ou impressa por meio eletrônico em folhas rubricadas, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, redigidas em linguagem clara, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa (inclusive apresentando o número do CNPJ), e deverá conter:

- a) Razão Social completa da Empresa (como nome, endereço, CNPJ e Inscrição Estadual, etc.);
- b) Número do Processo e do Pregão para registro de preços;
- c) Descrição do objeto da presente licitação, com a indicação da procedência, marca e modelo do produto cotado, em conformidade com as especificações do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;
- d) Preço unitário e total de cada item, indicados em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
- e) Deverá ser indicado na Proposta, **a marca dos produtos ofertados.**
- f) Prazo de validade de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

OBSERVAÇÃO: Serão considerados para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

8.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, o autor da oferta de menor valor e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação do vencedor.

8.2. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

8.3. No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta de lances.

8.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida a disputa para toda a ordem de classificação.

8.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate. O ordenamento do decremento dos lances será estabelecido pelo Pregoeiro no momento da sessão de disputa.

8.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no **item 15** deste Edital.

8.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo mesmo, para efeito de ordenação das propostas.

8.9. Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de menor valor, comparando-o com os valores de referência, decidindo motivadamente, a respeito.

8.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste Edital, com o preço de mercado e ofertar o menor preço unitário por item/lote.

8.13. As normas disciplinadoras deste pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre interessados, desde que não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segura contratação.

8.14. Serão desclassificadas:

a) As propostas que não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação; as que contiverem opções de preços alternativos; as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos dos **itens 7 e 9**.

b) As propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

OBSERVAÇÃO: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.15. Não serão consideradas para efeito de julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

8.16. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

8.17. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto ser esclarecidas previamente junto ao Setor de Licitações deste Município.

8.18. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

8.19. CRITÉRIO DE DESEMPATE: ressalvadas as demais hipóteses, previstas expressamente em lei e neste edital, como critério de desempate final será adotado o sorteio público, na forma estatuída pelo art. 45 parágrafo 2º da lei federal 8666/93 e suas alterações posteriores, em data e horário a ser definidos pela administração municipal, inclusive podendo ser realizada na mesma sessão de julgamento das propostas, caso presentes os licitantes que apresentaram a proposta mais vantajosa a administração e que derem ensejo a adoção de tal medida.

8.20. Em sendo habilitado o Licitante será considerado vencedor.

9. DA HABILITAÇÃO:

9.1. Para fins de habilitação neste Pregão, o licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE DE Nº 02, os seguintes documentos:

a) Registro Comercial, no caso de Empresa Individual;

b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documento de eleição de seus Administradores.

c) **Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa Conjunta de Dívida Ativa da União e Débitos Previdenciários)**

d) **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;**

e) **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal**, sendo do domicílio ou sede do licitante; somente serão consideradas se expedidas dentro de trinta (30) dias de antecedência da abertura das Propostas, **se não houver prazo diverso especificado na Certidão;**

f) **Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);**

g) **Certidão Negativa de Falência ou Concordata** expedida pelo Distribuidor da sede da Pessoa Jurídica (válida se expedida dentro de 90 dias antes da abertura das Propostas).

h) **DECLARAÇÃO** da proponente de que não pesa contra si declaração de **INIDONEIDADE** expedida por órgão da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA de qualquer esfera (conforme modelo **Anexo III**).

i) **Declaração** de que não emprega menor e cumpre o disposto no inciso **XXXIII do art. 7º** da Constituição Federal, (conforme modelo no **Anexo III**).

j) **Certidão Negativa de Débito Trabalhista, de acordo com a Lei 12.440 de 07 de julho de 2011.**

k) Prova de Inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;**

l) **Quando for o caso:** Produtos com registro na ANVISA e INMETRO, Alvará Sanitário, AFE (Autorização de Funcionamento), Atestado de Boas Práticas para Empresa Distribuidora e Atacadista.

IMPORTANTE: Os documentos citados acima poderão ser apresentados em cópias autenticadas por Tabelião, ou cópias simples, **ACOMPANHADA PELOS ORIGINAIS**, para serem conferidas pelo Pregoeiro ou membros da Equipe de Apoio desta Prefeitura. As cópias somente serão conferidas, se apresentadas até um dia de antecedência da data designada para abertura dos envelopes.

9.1.1. Para as Empresas cadastradas neste Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu **Certificado de Registro de Fornecedor**, expedido por esta Prefeitura ou por qualquer outro órgão da administração pública, rigorosamente em dia, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade, e acompanhado das seguintes certidões:

- a) Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa Conjunta de Dívida Ativa da União e Débitos Previdenciários);
- c) Certidão Negativa Municipal da sede ou domicílio do licitante;
- d) **DECLARAÇÃO** da proponente de que não pesa contra si declaração de **INIDONEIDADE** conforme modelo;
- e) **Declaração** de que não emprega menor e cumpre o disposto no inciso **XXXIII do art. 7º** da Constituição Federal conforme modelo;
- f) **Certidão Negativa de Débito Trabalhista, de acordo com a Lei 12.440 de 07 de julho de 2011.**
- g) **Quando for o caso:** Produtos com registro na ANVISA e INMETRO, Alvará Sanitário, AFE (Autorização de Funcionamento), Atestado de Boas Práticas para Empresa Distribuidora e Atacadista.

9.2. O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

9.3. A Empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos no **Art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006, deverá apresentar, juntamente com o CREDENCIAMENTO, declaração firmada por contador, de que se enquadra como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, além de todos os documentos previstos no item 9.1 deste Edital.**

9.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme Art. 43, §1º da Lei Complementar nº147/2014.

9.5. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a Empresa de Pequeno Porte ou a Cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

9.6. O prazo que trata o **item 9.4**, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

9.7. A não regularização da documentação, no prazo fixado no **item 9.4**, implicará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato ou revogar a licitação.

10. DA ADJUDICAÇÃO:

10.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, **o licitante que ofertar o menor preço por lote será declarado vencedor**, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

10.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim sucessivamente até apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

10.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora, proporcionando a seguir a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte do licitante.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

11.1. Tendo o licitante manifestado motivadamente a intenção de recorrer na sessão pública do pregão, terá ele o prazo de **03 (três) dias corridos** para apresentação das razões de recurso.

11.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de **03 (três) dias corridos**, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se a todos, vista imediata do processo.

11.3. A manifestação na sessão pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

11.4. As razões e contrarrazões do recurso deverão ser encaminhadas, por escrito, ao Pregoeiro, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.

11.5. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

12. PRAZO E FORMA PARA A ENTREGA:

12.1. Os produtos ora licitados serão entregues conforme pedido por escrito, que se dará pelo envio da cópia da respectiva nota de empenho, devendo ser entregues em até no máximo 07 dias úteis, contados a partir do aviso de recebimento desta pela empresa.

12.2. A entrega deverá ser realizada dentro dos dias e horários e no local especificado abaixo:

CENTRO DE BEM ESTAR DO MENOR – CBEM e

CASA DE ACOLHIDA SANTO ANTÔNIO (ABRIGO)

Horário para entrega: Das 8h as 16h, de segunda a sexta-feira.

Rua João Ricardo de Souza, nº 250

CEP 97390-000

Lavras do Sul – RS

12.3. Os materiais objeto deste deverão estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que só seja aceito após exame efetuado pela Secretaria responsável e por servidor habilitado, indicado para tal fim e, caso não satisfaçam as expectativas exigidas ou apresentem defeitos e incorreções, não serão aceitos.

12.4. Os materiais poderão ser rejeitados no todo ou em parte quando em desacordo com as especificações solicitadas, caso não corresponda ao exigido pelo Edital, e o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de até 24 (Vinte e Quatro) horas, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

12.5. O servidor responsável pela fiscalização do contrato, sendo fiscal para este processo e contratos oriundos deste será o servidor **Daniel Roberto Rael Machado**.

12.6. A contratação somente será considerada concluída mediante a emissão de TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, expedido por servidor designado para a fiscalização do Processo.

12.7. O prazo para emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO será de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório.

12.8. O prazo que trata o **item 12.1** poderá ser prorrogado uma vez, desde que justificado e aceito pela Administração. Após esse período, fica a CONTRATADA sujeita as penalidades cabíveis, conforme disciplina a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu Art. 78, bem como o presente edital, no que diz respeito às SANÇÕES.

12.9. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 24 (Vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 24 (Vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO:

13.1. A forma de pagamento do Município é por Nota de Empenho, e em **até 25 (Vinte e Cinco) dias consecutivos**, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura, visada e datada pelo Fiscal do Processo, neste caso o servidor **Daniel Roberto Rael Machado**.

11.2. Somente serão pagos os valores correspondentes aos bens efetivamente entregues, e pelo cumprimento das normas do Edital e da Ata de Registro de Preços, mediante aposição de assinatura dos servidores responsáveis pela fiscalização do Processo e futuros contratos.

13.3. O Município poderá proceder à retenção do INSS, ISS e IRRF, quando for o caso, nos termos da legislação em vigor, devendo, para tanto, a licitante vencedora discriminar na NOTA FISCAL/FATURA o valor correspondente aos referidos tributos.

13.4. Para o caso de faturas incorretas, a CONTRATADA terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para devolução à CONTRATANTE, passando a contar novo prazo, após a entrega da nova NOTA FISCAL/FATURA.

13.5. Não serão considerados, para efeitos de correção, **atrasos e outros fatos de responsabilidade da CONTRATANTE que importem no prolongamento dos prazos previstos neste edital e oferecidos nas propostas.**

13.6. Para as despesas decorrentes da presente Licitação, serão utilizados recursos da seguinte **Dotação Orçamentária:**

0178 – 08.243.0202 – 1.014 – 4.4.90.52.00.00.00.00.1147 - Equipamentos e Material Permanente.

0191 – 08.243.0203 – 2.028 - 4.4.90.52.00.00.00.00.1147 - Equipamentos e Material Permanente.

0186 – 08.243.0203 – 2.028 - 3.3.90.30.00.00.00.00.1147 - Material de Consumo - Manutenção CBEM.

0199 – 08.243.0204 – 2.032 - 3.3.90.30.00.00.00.00.1147 - Material de Consumo - PSE-Piso Alta Complexidade-AB

0198 – 08.243.0204 – 2.032 - 3.3.90.30.00.00.00.00.1032 - Material de Consumo - PSE-Piso Alta Complexidade-AB

14. DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS:

14.1. Não haverá reajuste de preços durante a vigência do Registro de Preços de que trata o presente Edital.

14.2. Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou bens tabelados por órgãos oficiais competentes ou nos casos de incidência de novos impostos ou taxas ou de alteração das alíquotas dos já existentes, os preços registrados poderão ser atualizados de conformidade com as modificações ocorridas, conforme dispõe o Art. 65, II “D”, da Lei 8.666/93 e alterações em vigor.

14.2.1. Na hipótese prevista acima, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época.

14.3. O beneficiário do registro poderá solicitar a atualização dos preços vigentes, através de solicitação formal ao Município, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos, que serão analisados e julgados pelo Município.

14.4. Independentemente da solicitação de que trata o item **14.3**, a Administração poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando as alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da sua publicação na imprensa oficial do Município.

14.5. O preço alterado não poderá ser superior ao praticado no mercado.

15. DAS PENALIDADES:

15.1. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), a Administração poderá aplicar, às detentoras da Ata, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas as seguintes penalidades, as quais poderão ser aplicadas na forma do Art. 86 e seguintes da Lei 8666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94, a critério da Administração, garantindo ampla defesa:

15.1.1. Por atraso superior a 10 (dez) dias do prazo entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de meio (1/2%) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o décimo primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a (30) trinta dias;

15.1.2. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

15.1.3. A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

15.1.4. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94.

15.2. Advertência por escrito: sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim consideradas as que não se enquadrarem nos dispositivos seguintes:

15.3. Multa, da seguinte forma:

15.3.1. A recusa do fornecedor em entregar o material adjudicado configura inexecução Total, sujeitando o fornecedor a penalidade prevista no **item 15.1.2.;**

15.3.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega configura inexecução parcial, sujeitando a fornecedora à penalidade prevista no **item 15.1.1.;**

15.4. Nos termos do Artigo 7º da Lei 10.520/2002, o Licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de ate 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

15.5. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o Artigo 87 “caput” da Lei 8.666/93.

15.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao prestador em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

a) nos casos definidos no **subitem 15.3.2** acima: por 1 (um) ano.

b) nos casos definidos no **subitem 15.3.1** acima: por 2 (dois) anos.

15.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

15.8. A multa dobrará em cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor total a ser pago, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos de qualquer valor que venham a ser causados ao erário público, e/ou rescisão.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser solicitadas por escrito ou através de contato telefônico através do Fone (55) 3282-1267, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data designada para recebimento dos envelopes.

16.2. Para agilidade nos trabalhos, solicita-se que os licitantes façam constar em sua documentação o endereço e os números de fax, telefone e e-mail, bem como Dados bancários da empresa, em caso de futuras contratações/aquisições.

16.3. O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência do Município de Lavras do Sul, dentro do limite permitido pelo Artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93, sobre o valor inicial contratado.

16.4. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

16.5. A Administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenização (art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93).

16.6. Nenhuma indenização será devida ao Licitante pela apresentação de documentação ou proposta relativa a esta Licitação.

16.7. Os Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará o afastamento do Licitante, desde que, seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

16.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os Licitantes, desde que, não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.10. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos Licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

16.11. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

16.12.. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.13. A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Municipal e/ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

16.14. Os órgãos e/ou entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

16.15. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas.

16.16. A não utilização do registro de preços será admitida no interesse da Administração e nos casos em que as aquisições se revelarem antieconômicas ou naquelas em que se verificarem irregularidades que possam levar ao cancelamento do registro de preços.

16.17. A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

16.18. Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores, visando a igual oportunidade de negociação.

16.19. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16.20. Aplicam-se aos contratos decorrentes do registro de preços o disposto no Capítulo III e aos participantes do procedimento do registro de preços ou contratados o disposto no Capítulo IV, ambos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, no que couber.

16.21. A participação nesta licitação implica aceitação de todos os termos deste Edital.

16.22. O Município de LAVRAS DO SUL adjudicará o objeto desta Licitação a **um ou mais Proponentes**, reservando-se, entretanto, o direito de contratar parcialmente o objeto, sem que advenha disto, direito a qualquer reivindicação ou indenização.

16.23. A apresentação da proposta será a evidência de que o Licitante examinou e aceitou completamente as normas desta Licitação, e que obteve da PMLS todos os esclarecimentos satisfatórios à sua confecção, inclusive referente às normas, instruções e regulamentos necessários.

17. DOS ANEXOS:

Constituem anexos deste Edital:

a) **Anexo I** – Termo de referência;

b) **Anexo II** – Credencial;

c) **Anexo III** – Modelo de Declaração de que não pesa contra si declaração de INIDONEIDADE;

d) **Anexo IV** – Modelo de Declaração de que não emprega menor;

e) **Anexo V** – Declaração de que atende aos requisitos de Habilitação;

f) **Anexo VI** – Minuta da Ata de Registro de Preços;

g) **Anexo VII** – Minuta de Contrato.

18. DO FORO:

18.1. Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o foro da Comarca de Lavras do Sul, para dirimir quaisquer litígios oriundos da Licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Lavras do Sul, 07 de março de 2017.

Sávio Johnston Prestes
Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Lavras do Sul
CNPJ 88.201.298/0001-49
Rua Cel. Meza, 373 – centro, Cx. Postal 05.
CEP 97390-000
Lavras do Sul/RS
Fone:55 3282 1267

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO Nº 47/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016

LIMITE PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 05/04/2017 às 09h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: 05/04/2017 às 09h01min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: 05/04/2017 às 13h00min.

Local: Município de LAVRAS DO SUL

LOCAL: Sala do Setor de Compras e Licitações, com o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, na Rua Coronel Meza, nº373, Centro, Lavras do Sul/RS.

1. Objeto:

O presente termo tem por OBJETO quantificar, especificar e definir algumas condições para SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, BEM COMO DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO NECESSÁRIOS PARA AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ABRIGO E CBEM, **atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.**

2. Especificações e quantidades:

LOTES	Quant.	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
1	200	pct	Arroz , de boa qualidade tipo II, embalagem de 5 kg, o produto deverá apresentar data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses. (140 pct CBEM / 60 pct ABRIGO)	R\$13,28	R\$2.656,00
2	800	kg	Feijão preto , tipo I, novo de boa qualidade, embalagem de 1 kg, o produto deverá apresentar data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses. Deverá ser entregue em fardos de 30 pcts, de 1 kg. (500 Kg CBEM / 300 Kg ABRIGO)	R\$7,49	R\$5.992,00
3	150	kg	Massa com ovos de boa qualidade, tipo espaguete, embalagens de 1 kg, o produto deverá apresentar data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses e registro no Ministério da Saúde. (100 kg CBEM / 50 kg ABRIGO)	R\$6,36	R\$954,00
4	150	pct	Açúcar cristalizado de boa qualidade, embalagem de 5 kg, o produto deverá apresentar data de fabricação e prazo de validade, no mínimo 6 meses. (100 pcts CBEM / 50 pcts ABRIGO)	R\$16,45	R\$2.467,50
5	100	lata	Extrato de tomate simples , de boa qualidade, em latas de 350 g, polpa de tomate, sal, cor vermelha, textura cremosa, acidez máxima 1,5%, consistência máxima 6%, sal máximo 2%, sem aditivos, intactas, sem amassados, enferrujados ou estufamentos, registro no Ministério da Saúde, data de fabricação e prazo de validade de no máximo 12 meses. (80 latas CBEM / 20 latas ABRIGO)	R\$2,75	R\$275,00

6	300	garrafa	Óleo de soja , de boa qualidade, em garrafas plásticas, o produto deverá apresentar data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses, registro no Ministério da Saúde, 100% natural. (200 garrafas CBEM / 100 garrafas ABRIGO)	R\$4,11	R\$1.233,00
7	100	kg	Sal refinado , iodado de boa qualidade, embalagem plástica transparente de 1 kg, solda reforçada e íntegra, contendo registro no Ministério da Agricultura, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses. (80 kg CBEM / 20 kg ABRIGO)	R\$1,23	R\$123,00
8	100	pct	Farinha de trigo especial , de boa qualidade, embalagens de papel resistente, embaladas individualmente em 5 kg, deve apresentar registro no Ministério da Agricultura, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses. (70 pcts CBEM / 30 pcts ABRIGO)	R\$13,02	R\$1.302,00
9	100	kg	Farinha de milho média , de primeira qualidade, embaladas em sacos plásticos transparentes e resistentes, solda íntegra e reforçada, pacotes de 1 kg, deverá apresentar data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses, sem a presença de carunchos ou mofos. (80 kg CBEM / 20 kg ABRIGO)	R\$2,60	R\$260,00
10	200	pct	Canjica de milho amarelo , tipo I, sem presença de grãos mofados ou carunchados. Deve apresentar registro no Ministério da Agricultura, embalagens de 500 g, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 05 meses. (180 pcts CBEM / 20 pcts ABRIGO)	R\$2,56	R\$512,00
11	60	pct	Canjica de trigo , de boa qualidade. Deve apresentar registro no Ministério da Agricultura, embalagens de 500g, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 05 meses. (40 pcts CBEM / 20 pcts ABRIGO)	R\$3,55	R\$213,00
12	100	pct	Fermento biológico seco , de boa qualidade, instantâneo, em embalagens aluminizadas em vácuo, com 125 g cada, intactas, lacre resistente, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses e registro no Ministério da Saúde. (70 pct CBEM / 30 pcts ABRIGO)	R\$5,35	R\$535,00
13	50	lata	Fermento químico em pó , de boa qualidade, latas de 100 g, intactas, lacre resistente, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses, e registro no Ministério da Saúde. (CBEM)	R\$2,81	R\$140,50
14	800	kg	Carne de 2ª sem osso de boa qualidade, com no máximo 20% de gordura, embalagem plástica transparente de 2 kg cada, com registro de inspeção sanitária. (500 kg CBEM / 300 kg ABRIGO)	R\$23,30	R\$18.640,00
15	800	kg	Carne bovina moída de 2ª , resfriada de boa qualidade, com no máximo 20% de gordura, embalagens individuais de 2 kg, deve apresentar registro de inspeção sanitária estadual. (500 kg CBEM / 300 kg ABRIGO)	R\$21,30	R\$17.040,00
16	600	kg	Coxa e sobrecoxa de frango , de boa qualidade, com osso, congelada, pesando de 250 a 300 gramas a unidade, embaladas em pacotes de mais ou menos 2kg, embalagem plástica transparente, resistente, deve constar data de fabricação, prazo de validade de no mínimo 2 meses, com registro de inspeção sanitária federal (SIF) ou (CISPOA). (400 kg CBEM / 200 kg ABRIGO)	R\$6,84	R\$4.104,00

17	200	kg	Salsicha a granel , de boa qualidade, embalada em plástico transparente, deve conter prazo de validade de no mínimo 2 meses e data de fabricação. (150 kg CBEM / 50 kg ABRIGO)	R\$7,40	R\$1.480,00
18	2000	litro	Leite integral pasteurizado (UHT) , em embalagens cartonadas longa vida (caixinhas) de 1 litro, acondicionadas em caixas de papelão com 12 unidades cada, com data de fabricação e prazo de validade por no mínimo 6 (seis) meses, com selo de registro no SIF/Ministério da Agricultura. (1.500 litros CBEM / 500 litros ABRIGO)	R\$2,75	R\$5.500,00
19	10	kg	Sal amoníaco , embalagem de 1 kg. (CBEM)	R\$16,13	R\$161,30
20	10	kg	Colorau , condimento preparado à base de colorau, fubá e óleo, de coloração vermelho alaranjado, embalagem plástica transparente contendo 1 kg, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses. (CBEM)	R\$13,96	R\$139,60
21	200	dúzia	Ovos vermelhos graúdos , são, sem quebras, acondicionados em cartelas de papelão, resistente, com 2 dúzias e meia cada, com prazo de validade quinzenal. (150 dúzias CBEM / 50 dúzias ABRIGO)	R\$5,56	R\$1.112,00
22	100	kg	Chocolate em pó , sem açúcar, instantâneo, de boa qualidade, em caixas de papelão em 1 kg, embalagem plástica com solda e lacre íntegros, reforçada, registro no Ministério da Agricultura, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses. (80 kg CBEM / 20 kg ABRIGO)	R\$20,63	R\$2.063,00
23	3	caixa	Café granulado , de boa qualidade, com registro na ABIC, embalado individualmente em vidros de 200 g, contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses. (02 caixas CBEM / 01 caixa ABRIGO)	R\$176,80	R\$530,40
24	50	kg	Café em pó , de boa qualidade, embalado à vácuo, registro na ABIC, embalagem aluminizada, embalado individualmente em 500 g, contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses. (30 kg CBEM / 20 kg ABRIGO)	R\$17,53	R\$876,50
25	200	pote	Margarina vegetal , de boa qualidade, com sal, em boas condições de armazenamento, em potes plásticos de 500 g, acondicionada em caixas de papelão resistentes e refrigeradas, com data de fabricação, prazo de validade de no mínimo 06 meses e registro no Ministério da Agricultura. (180 potes CBEM / 20 potes ABRIGO)	R\$5,36	R\$1.072,00
26	200	kg	Tomate de 1ª qualidade, tamanho médio, boa aparência, sem machucados, grau médio de amadurecimento embalagem plástica transparente. Prazo de validade semanal. (150 kg CBEM / 50 kg ABRIGO)	R\$4,83	R\$966,00
27	100	pct	Farinha de mandioca de 1ª qualidade, acondicionadas em pacotes de 500 g, de primeira qualidade, contendo lacre, prazo de validade de no mínimo 06 meses e registro no Ministério da Agricultura. (70 pct CBEM / 30 pct ABRIGO)	R\$3,20	R\$320,00
28	300	kg	Batata inglesa branca de 1ª qualidade, tamanho médio, limpas, sem brotos, acondicionadas em embalagens tipo rede, prazo de validade semanal. (200 kg CBEM / 100 kg ABRIGO)	R\$3,92	R\$1.176,00

29	20	kg	Amido de milho , 100% de boa qualidade, solda reforçada íntegra, pacote plástico embalado individualmente em 1 kg cada, contendo registro no Ministério da Agricultura, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses. (CBEM)	R\$7,83	R\$156,60
30	20	pct	Sagu , classe: pérola, tipo 1, saco de polietileno com peso líquido de 500 g, contendo data de fabricação e prazo de validade mínimo de 6 meses. (CBEM)	R\$4,02	R\$80,40
31	15	unid	Vinagre de álcool com aspecto líquido, límpido, incolor, isento de partículas suspensas. Acondicionado em frascos confeccionados em PET transparente contendo 750 ml, com data de fabricação e prazo de validade mínimo de 6 meses. (CBEM)	R\$1,96	R\$29,40
32	30	pote	Doce de leite cremoso , embalado em potes de polietileno contendo 500 g cada, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 6 meses. (CBEM)	R\$9,08	R\$272,40
33	200	kg	Cebola de 1ª qualidade, desenrestiada, sem machucados ou brotos, tamanho médio, acondicionadas em embalagens do tipo rede, prazo de validade semanal. (150 kg CBEM / 50 kg ABRIGO)	R\$2,55	R\$510,00
34	200	kg	Cenoura de 1ª qualidade, tamanho médio, sem folhas, acondicionadas em embalagens tipo rede, com prazo de validade semanal. (150 kg CBEM / 50 kg ABRIGO)	R\$2,93	R\$586,00
35	200	kg	Beterraba de 1ª qualidade, nova, sem folhas, tamanho médio, limpa, embaladas em rede resistente em 1 kg. Prazo de validade semanal. (150 kg CBEM / 50 kg ABRIGO)	R\$3,23	R\$646,00
36	200	kg	Repolho verde , de boa qualidade, sem machucados, tamanho médio, prazo de validade semanal. (150 kg CBEM / 50 kg ABRIGO)	R\$2,65	R\$530,00
37	10	kg	Alho de 1ª qualidade, graúdo, novo, selecionado e desenrestiado. Embalagem plástica resistente, tipo rede, com 200 g, prazo de validade semanal. (CBEM)	R\$32,80	R\$328,00
38	200	kg	Banana caturra de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, bem acondicionada, prazo de validade semanal. (150 kg CBEM / 50 kg ABRIGO)	R\$3,33	R\$666,00
39	120	kg	Maçã nacional de boa qualidade, tamanho médio, sem machucados, prazo de validade semanal. (80 kg CBEM / 20 kg ABRIGO)	R\$5,38	R\$645,60
40	100	kg	Laranja para suco de boa qualidade, sem machucados, prazo de validade semanal. (80 kg CBEM / 20 kg ABRIGO)	R\$2,28	R\$228,00
41	80	kg	Mamão de boa qualidade, sem machucados, grau médio de amadurecimento, bem acondicionado, prazo de validade semanal. (50 kg CBEM / 30 kg ABRIGO)	R\$5,90	R\$472,00
42	50	unid	Abacaxi de boa qualidade, s/ machucados, acondicionados em caixas com proteção de palha, grau médio de amadurecimento, tamanho médio, prazo de validade semanal. (CBEM)	R\$4,37	R\$218,50
43	10	caixa	Caldo de galinha concentrado em tabletes, cartela com 24 unidades, data de fabricação, prazo de validade de no mínimo 06 meses e registro no SIF. (CBEM)	R\$16,39	R\$163,90

44	100	kg	Mandioca de boa qualidade, sem machucados, grau médio de amadurecimento, bem acondicionado, prazo de validade semanal. (80 kg CBEM / 20 kg ABRIGO)	R\$5,80	R\$580,00
45	60	pct	Lentilha de boa qualidade. Apresentação seca. Embalagem em saco plástico transparente de 500 g, contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses. (50 pcts CBEM / 10 pcts ABRIGO)	R\$7,40	R\$444,00
46	2	caixa	Leite condensado de boa qualidade, 375 g, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses, caixas contendo 24 unidades. (CBEM)	R\$112,32	R\$224,64
47	100	lata	Ervilha reidratada em conserva , contendo no mínimo 200 g, embalagem em lata, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses. (80 latas CBEM / 20 latas ABRIGO)	R\$2,01	R\$201,00
48	100	lata	Milho em conserva contendo no mínimo 200 g, embalagem em lata, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses. (80 latas CBEM / 20 latas ABRIGO)	R\$2,11	R\$211,00
49	40	pct	Goiabada de boa qualidade, embalagens de 500 g, rótulo dentro do prazo de validade de no mínimo 06 meses. (CBEM)	R\$4,67	R\$186,80
50	120	kg	Abóbora tipo kabotiá , casca íntegra, tamanho médio, madura de 1ª qualidade, prazo de validade semanal. (80 kg CBEM / 40 kg ABRIGO)	R\$3,45	R\$414,00
51	20	kg	Sal temperado completo , embalagens de 1 kg, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses. (15 kg CBEM / 05 kg ABRIGO)	R\$3,52	R\$70,40
52	50	kg	Suco em pó de boa qualidade, sabores: abacaxi, uva, laranja, limão. Pacote de 1 kg, embalagem em plástico resistente com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses. (30 kg CBEM / 20 kg ABRIGO)	R\$14,41	R\$720,50
53	20	pote	Maionese de boa qualidade, em pote de 500 g, contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses. (CBEM)	R\$4,66	R\$93,20
54	300	kg	Peito de galinha congelado em pacotes individuais, pesando de 300 a 350 g, em embalagens plásticas transparentes, com registro de inspeção sanitária estadual, produto dentro do prazo de validade de no mínimo 06 meses. (200 kg CBEM / 100 kg ABRIGO)	R\$8,14	R\$2.442,00
55	50	unid	Vassoura com cerdas de nylon luxo, base em madeira resistente, cerdas com comprimento mínimo (saliente) de 11 cm e espessura média de 0,8mm, dispostas em no mínimo 4 carreiras de tufo justapostos homogêneos de modo a preencher toda a base, a fixação das cerdas à base deverá ser firme e resistente, cabo de madeira plastificado medindo 1,20 m com emborrachado na ponta para rosquear com facilidade na base da vassoura e com gancho na outra ponta do cabo para pendurar, com perfeito acabamento, uso doméstico. (CBEM)	R\$10,77	R\$538,50
56	100	unid	Sabonete de boa qualidade de 90 g. (80 unidades CBEM / 20 unidades ABRIGO)	R\$1,56	R\$156,00

57	10	fardo	Papel higiênico , folha dupla, neutro, com 60 metros, com 64 unidades. (08 fardos CBEM / 02 fardos ABRIGO)	R\$90,15	R\$901,50
58	100	unid	Espunja de louça dupla face (fibra e espuma), formato retangular, medindo 110 x 75 x 23 mm, abrasividade média. Composição: espuma de poliuretano com bactericida, fibra sintética com abrasivo. (80 unidades CBEM / 20 unidades ABRIGO)	R\$1,38	R\$138,00
59	50	pct	Espunja de lã de aço , formato retangular, aplicação limpeza geral, textura macia e isenta de sinais de oxidação, medindo no mínimo, 100 x 75. Composição: lã de aço carbono. Pacote com 08 unidades. (30 pcts CBEM / 20 pcts ABRIGO)	R\$2,56	R\$128,00
60	80	kg	Sabão em pó de boa qualidade, embalagem de 1 kg. (50 unidades CBEM / 30 unidades ABRIGO)	R\$7,62	R\$609,60
61	200	frasco	Detergente para louça biodegradável , consistente, frasco de 500 ml, de boa qualidade, aroma natural, validade de no mínimo 06 meses e n.º de registro no Ministério da Saúde. (150 frascos CBEM / 50 frascos ABRIGO)	R\$1,86	R\$372,00
62	150	unid	Sabão em barra de boa qualidade, 200 g cada. (100 unidades CBEM / 50 unidades ABRIGO)	R\$1,71	R\$256,50
63	100	unid	Pano de prato em tecido de algodão , sem estampa, com bainha nos quatro lados, medindo aproximadamente 60x40cm. (80 unidades CBEM / 20 unidades ABRIGO)	R\$5,02	R\$502,00
64	50	unid	Sacos brancos de boa qualidade. (30 unidades CBEM / 20 unidades ABRIGO)	R\$5,79	R\$289,50
65	10	pct	Copo plástico descartável , atóxico, capacidade de 200 ml, acondicionado em embalagens com 100 unidades. (CBEM)	R\$6,16	R\$61,60
66	20	litro	Álcool tipo etílico hidratado , concentração 92,8%, embalagem de 1 litro. (15 unidades CBEM / 05 unidades ABRIGO)	R\$8,93	R\$178,60
67	20	unid	Saponáceo em pó . Frasco plástico de 300 g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. (15 unidades CBEM / 05 unidades ABRIGO)	R\$4,26	R\$85,20
68	50	litro	Água sanitária de boa qualidade, à base de cloro, embalagem de 1 litro. (30 litros CBEM / 20 litros ABRIGO)	R\$2,92	R\$146,00
69	100	pct	Saco plástico lixo , 100 litros, cor preta, tamanho aproximado: largura 75, altura 105, de polipropileno. Aplicação: uso doméstico. Pacote com 10 unidades. (80 pcts CBEM / 20 pcts ABRIGO)	R\$3,11	R\$311,00
70	100	unid	Pasta dental em creme , com flúor, caixa de papel cartão plastificada contendo um tubo de 90 g. A embalagem deverá conter, externamente, os dados de identificação, procedência e n.º de registro no Ministério da Saúde e selo de aprovação da Associação Brasileira de Odontologia (A.B.O.), com prazo de validade de no mínimo 12 meses. (80 unidades CBEM / 20 unidades ABRIGO)	R\$3,24	R\$324,00
71	100	unid	Escova dental tamanho médio, de boa qualidade. (80 unidades CBEM / 20 unidades ABRIGO)	R\$3,66	R\$366,00
72	5	unid	Balde , material plástico, capacidade 05 lts, material alça arame galvanizado. (CBEM)	R\$6,82	R\$34,10

73	10	litro	Sabonete líquido , aspecto físico viscoso para higienização das mãos. Frasco de 1 litro. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade de no mínimo 12 meses e número de registro no Ministério da Saúde. (CBEM)	R\$11,93	R\$119,30
74	40	frasco	Amaciante de roupas , aspecto físico líquido viscoso, aplicação amaciante de artigos têxteis, solúvel em água, em tubo com 02 litros cada. (30 frascos CBEM / 10 frascos ABRIGO)	R\$5,70	R\$228,00
75	40	unid	Inseticida aerossol sob pressão em recipiente cilíndrico e tampa com válvula acionadora para agir contra insetos em geral. Recipiente de 300 ml. (30 unidades CBEM / 10 unidades ABRIGO)	R\$10,57	R\$422,80
76	20	unid	Lustra móveis , emulsão aquosa cremosa; perfumado, para superfície em geral, composto de cera microcristalina, óleo parafínico, silicone, alcalizante, espessante, tensoativo, formaldeído, solvente alifático, perfume e água, frasco plástico - 500 ml. (CBEM)	R\$7,49	R\$149,80
77	20	frasco	Limpa vidros com pulverizador em gatilho , para limpeza e dar brilho em vidros e espelhos em geral, secagem rápida, aroma agradável, composto de laurel éter, sulfato de sódio, frascos de 500 ml. (CBEM)	R\$10,28	R\$205,60
78	20	frasco	Álcool gel 500 g c/ válvula pump - Álcool 70% gel para higienizar as mãos em hospitais, clínicas, hotéis, motéis, indústrias de alimentos, restaurantes e cozinhas industriais. Ação bactericida e antisséptica. Embalagem transparente, 500 ml. (CBEM)	R\$7,55	R\$151,00
79	100	frasco	Desinfetante super concentrado para desinfecção e aromatização de ambiente. Isento de partículas insolúveis ou materiais precipitados. Contendo externamente prazo de validade, nome do responsável técnico, fabricante, registro ou notificação no Ministério da Saúde quantidade, modo de uso, composição química, forma de conservação e armazenamento; advertência para não reutilização da embalagem, precauções, classe toxicológica (se houver), conduta em caso de acidentes, embalagens de 02 litros, em perfumes variados. (80 frascos CBEM / 20 frascos ABRIGO)	R\$5,75	R\$575,00
80	24	unid	Luvras domésticas em látex resistente, palma antiderrapante, interior liso, com acabamento nas bordas, tamanho M. (CBEM)	R\$5,56	R\$133,44
81	24	unid	Luvras domésticas em látex resistente, palma antiderrapante, interior liso, com acabamento nas bordas, tamanho P. (CBEM)	R\$5,56	R\$133,44
82	40	pct	Saco plástico para lixo doméstico em polietileno, impermeável, capacidade 15 litros. Embalagens contendo 10 unidades. (30 pcts CBEM / 10 pcts ABRIGO)	R\$4,29	R\$171,60
83	40	pct	Saco plástico para lixo doméstico em polietileno, impermeável, capacidade 30 litros. Embalagens contendo 10 unidades. (30 pcts CBEM / 10 pcts ABRIGO)	R\$2,93	R\$117,20
84	10	unid	Balde para lixo , capacidade de 100 litros, com tampa. (CBEM)	R\$74,49	R\$744,90

85	10	caixa	Filtro de café , coador de papel médio, nº102, caixa com 30 unidades. (CBEM)	R\$3,30	R\$33,00
86	3	unid	Chaleira de alumínio , com alça e tampa, capacidade de 4,5L. (CBEM)	R\$66,94	R\$200,82
87	3	unid	Chaleira de alumínio , com alça e tampa, capacidade de 2L. (CBEM)	R\$50,33	R\$150,99
88	20	pct	Absorvente com abas - pct 08 unidades, constituído por uma almofada uniforme, a base de gel e/ou fibra celulósica, altamente absorvente, camada protetora, de material apropriado, dotado de maciez e impermeabilidade adequada a sua finalidade; cobertura de não tecido envolvendo toda a peça. Dotado de tiras adesivas, de material aderente atóxico flexível, na parte inferior do absorvente, a fim de que possibilite adequada fixação sem deixar resíduos. O produto como um todo deverá apresentar-se livre de substâncias nocivas à saúde, ou qualquer outro defeito prejudicial ao seu uso. Embalagem custando externamente dados de identificação, procedência e prazo de validade mínimo de 12 meses. (15 pcts CBEM / 05 pcts ABRIGO)	R\$3,26	R\$65,20
89	10	unid	Condicionador Adulto para cabelos normais: tipo uso diário, embalagem com 300 ml. (CBEM)	R\$9,13	R\$91,30
90	20	unid	Desodorante em creme antitranspirante, pote com 55g. (CBEM)	R\$11,03	R\$220,60
91	5	unid	Pente para cabelo com dentes largos, plástico resistente. (CBEM)	R\$7,47	R\$37,35
92	20	unid	Shampoo neutro para cabelo normal. Uso adulto, embalagem com 480 ml. (CBEM)	R\$6,01	R\$120,20
93	5	unid	Tábua para corte de carne em polietileno, com dimensões de 30 cm de largura x 50 cm de comprimento. (CBEM)	R\$32,20	R\$161,00
94	5	unid	Faca para corte 8" (carne, legumes), em aço inox, com dimensões aproximadas de 41x7x2 cm. (CBEM)	R\$31,60	R\$158,00
95	4	unid	Jarra de vidro com tampa , capacidade 1,5 L. (CBEM)	R\$21,63	R\$86,52
96	4	unid	Batedeira Planetária , 05 velocidades, capacidade mínima 03 litros - bivolt (110/220). (CBEM)	R\$402,67	R\$1.610,68
97	1	unid	Liquidificador doméstico , copo com capacidade para 1,5 litros, com graduação de alta resistência, lâmina com alto desempenho, tampa com trava e dosador, 04 velocidades, função pulsar e limpar, potência de 400W. (CBEM)	R\$93,67	R\$93,67
98	100	unid	Lâmpada fluorescente compacta espiral com 20W de potência, 220V, aprovada pelo INMETRO, com no mínimo 1 ano de garantia. (80 unidades CBEM / 20 unidades ABRIGO)	R\$13,12	R\$1.312,00
99	10	unid	Chuveiro elétrico , ducha com 4 temperaturas, 5800W de potência, 220V, com jato direto, acompanha mangueira, material elastômeros e plásticos, aprovada pelo INMETRO, compatível com sistema DR, contendo ducha manual, garantia mínima de 1 ano. (CBEM)	R\$41,12	R\$411,20

100	10	unid	Isqueiro maxi , acende 3.000 vezes, aprovado pelo INMETRO, duração longa, chama pré-ajustada. (CBEM)	R\$4,48	R\$44,80
101	2	conj	Conjunto com 05 potes de plástico com ótima vedação para mantimentos, kit composto por 01 pote 7,3 litros, 01 4,1 litros, 01 pote 2,3 litros, 01 pote 1,4 litros, 1 pote 900 ml. (CBEM)	R\$40,30	R\$80,60
102	4	unid	Pote grande 8L para mantimentos , de plástico, com ótima vedação. (CBEM)	R\$22,80	R\$91,20
103	4	unid	Pote médio 4,5L para mantimentos , de plástico, com ótima vedação. (CBEM)	R\$10,20	R\$40,80
				TOTAL	R\$96.524,25

2.1. PARA OS LANCES, DEVERÃO SER LEVADOS EM CONSIDERAÇÃO O PREÇO UNITÁRIO POR ITEM/LOTE.

3. Justificativa: Necessita-se registrar preços para diversos materiais que poderão ser adquiridos para manter as necessidades de alimentação, material de higiene e limpeza e outros materiais de consumo, para utilização no Abrigo e CBEM, onde é prestado atendimento a crianças e adolescentes em vulnerabilidade ou em medidas protetivas durante o prazo de vigência da Ata de Registro, que é de um ano.

4. Prazo de Entrega: Os produtos ora licitados serão entregues conforme pedido por escrito, que se dará pelo envio da cópia da respectiva nota de empenho, devendo ser entregues em até no máximo 07 dias úteis, contados a partir do aviso de recebimento desta pela empresa, e serão recebidos pela servidora responsável pela fiscalização do Processo, devendo entregá-los exatamente como descrito no Edital, ficando, desde já, estabelecido que só sejam aceitos após exame efetuado pela responsável, e, caso não satisfaçam as expectativas exigidas ou apresentem defeitos e incorreções, não serão aceitos.

4.1. O prazo que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, desde que justificado e aceito pela Administração. Após esse período, fica a CONTRATADA sujeita as penalidades cabíveis, conforme disciplina a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu Art. 78, bem como o edital, no que diz respeito às SANÇÕES.

4.2. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações solicitadas, devendo ser substituídos no prazo máximo de até **24 (vinte e quatro) horas**, à custa da contratada, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste ato convocatório.

5. Local de entrega: Os produtos ora licitados, deverão ser entregues dentro dos dias e horários e no endereço abaixo especificado, exatamente como descrito neste edital e seus anexos:

**CENTRO DE BEM ESTAR DO MENOR – CBEM e
CASA DE ACOlhIDA SANTO ANTÔNIO (ABRIGO)**

Horário para entrega: Das 8h as 16h, de segunda a sexta-feira.

Rua João Ricardo de Souza, nº 250

CEP 97390-000

Lavras do Sul – RS

6. Pagamento: O pagamento ocorrerá em **até 25 (cinco) dias consecutivos**, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura, visada e datada pelo Fiscal do Processo.

6.1 A forma de pagamento do Município de Lavras do Sul é por empenho, com depósito em conta devidamente identificada pelo fornecedor em sua proposta.

6.2 Somente serão pagos os valores correspondentes aos materiais efetivamente entregues mediante apresentação de nota fiscal/fatura, visada e datada pelo Fiscal do Contrato.

7. Das penalidades: de acordo com o item 15 e seus subitens, do Edital.

8. Dotações Orçamentárias:

0178 – 08.243.0202 – 1.014 – 4.4.90.52.00.00.00.00.1147 - Equipamentos e Material Permanente.

0191 – 08.243.0203 – 2.028 - 4.4.90.52.00.00.00.00.1147 - Equipamentos e Material Permanente.

0186 – 08.243.0203 – 2.028 - 3.3.90.30.00.00.00.00.1147 - Material de Consumo - Manutenção CBEM.

0199 – 08.243.0204 – 2.032 - 3.3.90.30.00.00.00.00.1147 - Material de Consumo - PSE-Piso Alta Complexidade-AB

0198 – 08.243.0204 – 2.032 - 3.3.90.30.00.00.00.00.1032 - Material de Consumo - PSE-Piso Alta Complexidade-AB

ANEXO II

C R E D E N C I A L

A empresa _____, através de seu **representante legal**, Sr.(a) _____, **CPF** _____._____._____-__ , **Sócio-Gerente**, através desta, credencial a pessoa abaixo qualificada, concedendo-lhe todos os poderes necessários para representar-lhe perante PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL no **Pregão Presencial nº 18/2016, Processo nº 47/2016**.

Nome: _____

CPF _____._____._____-__

RG: _____

Lavras do Sul, ____ de _____ 2017.

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Processo nº 47/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF _____._____.____-____, Sócio-Gerente **DECLARA**, para fins de direito, na qualidade de **PROPONENTE** da Licitação instaurada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL, **Processo nº 47/2016**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016**, que não foi declarada **INIDÔNEA** para licitar com o **PODER PÚBLICO**, em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Lavras do Sul, ____ de _____ 2017.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO E CARIMBO DA EMPRESA

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)

ANEXO IV

Processo n° 47/2016

PREGÃO PRESENCIAL n° 18/2016

D E C L A R A Ç Ã O

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF _____, (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente), _____ **DECLARA**, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pelo **MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL n° 18/2016**, que não possui em seus quadros pessoa menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega pessoas menores de dezesseis anos, conforme o Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

_____, ____ de _____ de 2017.

***ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO
E CARIMBO DA EMPRESA***

*(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada
ou com o original para que se proceda à autenticação)*

ANEXO V
DECLARAÇÃO
PROCESSO Nº 47/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE PLENAMENTE
OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Através da presente, declaramos que a empresa _____
_____ (nome completo da empresa), inscrita no CNPJ sob nº
_____ por intermédio de seu representante legal, o(a)
Sr.(a) _____ portador da Carteira de Identidade RG nº
_____, **DECLARA**, sob pena de lei, que cumpre plenamente os requisitos
de habilitação para o presente Certame.

Declaramos, ainda, que todo e qualquer fato que importe em modificação da situação ora afirmada
será imediatamente comunicada, por escrito, ao Setor de Compras e Licitações do Município de
Lavras do Sul/RS.

_____, de _____ de 2017.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO
E CARIMBO DA EMPRESA

*(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que
se proceda à autenticação)*

ANEXO VI

MINUTA ATA REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO n.º 47/2016

PREGÃO PRESENCIAL n.º 18/2016

Aos ___ dias do mês de _____ de 2017, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL neste ato representado pelo Prefeito, senhor SÁVIO JOHNSTON PRESTES, RG 1034056307, CPF n.º 487.828.580-04, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro a empresa _____, representada pelo _____, com sede na _____, CNPJ _____, simplesmente denominada FORNECEDOR, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S)**, homologada em ___/___/___, às fls. _____, referente ao **Pregão Presencial n.º 18/2016 para SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, BEM COMO DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO NECESSÁRIOS PARA AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ABRIGO E CBEM., atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e nos termos da Lei 8.666/93, com suas alterações e Decreto Municipal n.º 4.686/2007 consoante as seguintes cláusulas e condições:**

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. O objeto da presente Ata é o Registro dos Preços para possíveis Aquisições de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, BEM COMO DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO NECESSÁRIOS PARA AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ABRIGO E CBEM. , atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme descrição, marcas e preços constantes do Processo n.º 47/2016, Pregão Presencial n.º 18/2016.**

CLÁUSULA II - DO PREÇO

1. O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.
2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administrativos, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

CLÁUSULA III - DO REAJUSTE DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

1. Os contratos oriundos do Registro de Preços poderão ter seus preços reajustados pelo IGPM ou pelo índice que lhe vier a substituir após 12 (doze) meses a contar da data de apresentação da proposta.
2. Os preços registrados, quando sujeitos a controle oficial, poderão ser reajustados nos termos e prazos fixados pelo órgão controlador.
3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal à Autoridade Competente desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos, que serão analisados e julgados pela Administração.
4. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.
5. O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido a obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.
6. O procedimento para eventuais solicitações de alteração de preços é o que segue: Processo protocolado no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de LAVRAS DO SUL e encaminhamento à Autoridade Competente com todos os documentos de que trata o item 3 acima.
6.1. Independentemente do disposto no item 3, a Autoridade Competente poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa do mercado realizada ou quando alterações conjunturais

provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação na Imprensa Oficial de LAVRAS DO SUL.

CLÁUSULA IV - DOS PRAZOS

1. O FORNECEDOR **poderá** ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pela Secretaria Competente, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de LAVRAS DO SUL.

2. O prazo de validade de registro de preços será de **12 (doze) meses oficiais**, contado da publicação da presente ata.

3. Em cada fornecimento, o prazo de entrega do produto será solicitado pela Secretaria requisitante, não podendo, todavia, ultrapassar **07 dias úteis**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor.

CLÁUSULA V - DOS PAGAMENTOS

1. O pagamento de cada compra será efetuado em **até 25 (vinte e cinco) dias consecutivos** após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura, visada e datada pelo Fiscal do Processo, sendo este o Senhor **Daniel Roberto Rael Machado**.

2. No caso de atraso no pagamento, o valor poderá ser corrigido e o índice de atualização financeira será o IGPM mensal incidente “pro rata die” desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento. No caso de extinção do IGPM, será utilizado outro índice que o Governo Federal determinar para substituí-lo.

3. A contratada suportará o ônus decorrente do atraso, caso as Notas Fiscais/Faturas contenham vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento.

CLÁUSULA VI - DA CONTRATAÇÃO

1. A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, de acordo com o Decreto Municipal n.º 4.686/2007.

2. As obrigações decorrentes do fornecimento de bens constantes do registro de preços a serem firmadas entre o MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL e o FORNECEDOR serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

3. O MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por Notas de Empenhos, ou outros instrumentos equivalentes, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do § 4º, do artigo 62, da Lei 8.666/93.

4. Na hipótese do FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, poderão ser convocados os prestadores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no Art. 81, da Lei 8.666/93.

5. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o MUNICÍPIO poderá comprar de mais de um prestador registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo MUNICÍPIO, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6. Os pedidos de fornecimento deverão ser formalizados pela Secretaria de Assistência Social do Município.

7. As regras estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços serão o regramento das obrigações contratuais decorrentes da Nota de Empenho (Contrato).

8. As licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender o contratado constante na Nota de Empenho, independente do valor, sujeito a penalização.

CLÁUSULA VII - DA ENTREGA E DO TERMO DE RECEBIMENTO

1. O objeto será recebido provisoriamente pela Secretaria Competente, onde deve ser efetuada a entrega ao servidor designado pela Secretaria para recebimento do objeto contratado, após aviso do respectivo empenho, não podendo ultrapassar à 07 (sete) dias úteis. A entrega deverá ser realizada dentro dos dias e horários e no local especificado abaixo:

**CENTRO DE BEM ESTAR DO MENOR – CBEM e
CASA DE ACOLHIDA SANTO ANTÔNIO (ABRIGO)**

Horário para entrega: Das 8h as 16h, de segunda a sexta-feira.

Rua João Ricardo de Souza, nº 250

CEP 97390-000

LAVRAS DO SUL-RS

2. A contratação somente será considerada concluída mediante a emissão de TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, expedido por servidor designado pela Secretaria Competente.

3. O prazo para a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO será de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório.

4. Caso o produto não corresponda ao exigido pelo Edital, consoante subitem anterior, o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de até 24 (Vinte e Quatro) horas, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

5. O FORNECEDOR deverá entregar os bens nos locais determinados no instrumento contratual.

6. Os produtos objeto deste, deverão estar dentro das normas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que só seja aceito após exame efetuado por servidor habilitado, indicado para tal fim e, caso não satisfaçam as expectativas exigidas ou apresentem defeitos e incorreções, não serão aceitos.

7. O servidor responsável pela fiscalização do contrato, sendo fiscal para este processo e contrato será o servidor **Daniel Roberto Rael Machado**.

8. O prazo que trata o **item 1 desta cláusula** poderá ser prorrogado uma vez, desde que justificado e aceito pela Administração. Após esse período, fica a CONTRATADA sujeita as penalidades cabíveis, conforme disciplina a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu Art. 78, bem como o presente edital, no que diz respeito às SANÇÕES.

CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS PENALIDADES

1. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), a Administração poderá aplicar, às detentoras da Ata, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas as seguintes penalidades, as quais poderão ser aplicadas na forma do Art. 86 e seguintes da Lei 8666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94, a critério da Administração, garantindo ampla defesa:

1.1. Por atraso superior a 10 (dez) dias do prazo entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de meio (1/2%) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o décimo primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a (30) trinta dias;

1.2. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

1.3. A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

1.4. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94.

2. **Advertência por escrito:** sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim consideradas as que não se enquadrarem nos dispositivos seguintes:

3. **Multa**, da seguinte forma:

3.1. A recusa do fornecedor em entregar o material adjudicado configura inexecução Total, sujeitando o fornecedor a penalidade prevista no **item 1.2.**;

3.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega configura inexecução parcial, sujeitando a fornecedora à penalidade prevista no **item 1.1.**;

3.3. Nos termos do Artigo 7º da Lei 10.520/2002, o Licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

3.4. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o Artigo 87 “caput” da Lei 8.666/93.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que

for imposta ao prestador em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

a). nos casos definidos no **subitem 3.2** acima: por 1 (um) ano.

b) nos casos definidos no **subitem 3.1** acima: por 2 (dois) anos.

3.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

3.7. A multa dobrará em cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor total a ser pago, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos de qualquer valor que venham a ser causados ao erário público, e/ou rescisão.

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no Art. 78 da Lei 8.666/93.

2. Caso o MUNICÍPIO não se utilize prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo das incidências das sanções previstas no Edital, no Decreto Municipal N.º 4.686//2007 na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no Art. 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do FORNECEDOR poderá ser cancelado, garantida prévia defesa, no prazo de cinco (5) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I- Pelo MUNICÍPIO, quando:

a) o FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou Ata de Registro de Preços;

b) o FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar a Ata de Registro de Preços e/ou o contrato decorrente do registro de preços;

c) o FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa, de contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados no Art. 78 e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei n.º 8.883, de 06 de julho de 1994;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

e) por razões de interesse público, devidamente fundamentado, na forma do inciso XII, do Art. 78 da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

II - Pelo FORNECEDOR, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços.

2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no inciso I do item 1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

4. No caso do FORNECEDOR encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial do Município, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

5. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do Registro de Preço, não o desobriga do fornecimento dos produtos, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de trinta dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório.

6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão serem realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

CLÁUSULA XI - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÕES DE PRODUTOS COM PREÇOS REGISTRADOS

1. Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços os recursos orçamentários da Secretaria, indicadas na requisição de despesa, quando da efetiva compra.

2. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Exmo. Sr. Prefeito ou a quem delegar competência.

CLÁUSULA XII - DO FORO

1. Fica eleito o Foro da cidade de LAVRAS DO SUL - RS para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Presencial n.º 18/2016**, para Registro de Preços e a proposta das empresas conforme resultado por CNPJ, emitido pelo Sistema Bannisul de Pregões, anexo desta Ata, classificadas em 1º lugar, nos **LOTES** da licitação.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, pelo Decreto Municipal n.º 4.686/2007 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

Lavras do Sul, __ de _____ de 2017.

Sávio Johnston Prestes
Prefeito

Empresa Detentora do Preço Registrado
(Futura contratada)

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO n.º ___/2017

PARA AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, BEM COMO DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO NECESSÁRIOS PARA AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ABRIGO E CBEM, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

O Município de Lavras do Sul pessoa jurídica, com sede na Rua Coronel Meza, 373, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ n.º 88.201.298.0001-49 neste instrumento designada **CONTRATANTE**, representada pelo Senhor Prefeito Sávio Johnston Prestes, brasileiro, solteiro, servidor público municipal, portador da identidade n.º 1034056307, CPF n.º 487.828.580-04 e a empresa _____, com sede em _____, inscrita no

CNPJ n.º _____, neste ato representada por seu Sócio-Gerente, _____, CPF n.º _____, doravante designada

CONTRATADA, firmam o presente Contrato **AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, BEM COMO DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO NECESSÁRIOS PARA AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ABRIGO E CBEM**, no **Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços**, conforme especificações constantes do **Anexo I**, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, do Edital de **Pregão Presencial n.º 18/2016**, e do **Processo n.º 47/2016**, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

O objeto do presente contrato é a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, BEM COMO DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO NECESSÁRIOS PARA AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ABRIGO E CBEM**, de acordo com as especificações constantes no **ANEXO I do Pregão Presencial n.º 18/2016** e do **Processo 47/2016** mediante autorização da **CONTRATANTE** nas seguintes características:

(VIDE TERMO DE REFERÊNCIA): (listar lotes vencidos pela empresa)

CLÁUSULA SEGUNDA - BASES DO CONTRATO

2.1. Integram o presente Contrato os seguintes documentos, cujos termos, condições e obrigações, independentemente de transcrição, vinculam e obrigam as partes:

- a) Edital do **Pregão Presencial n.º 18/2016** e seus **ANEXOS**.
- b) Proposta da **CONTRATADA**.

2.2. Este Contrato é regido pelas normas da Lei n.º 8666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Sem prejuízo das demais disposições deste contrato, são obrigações da **CONTRATADA**:

3.1.1. Reparar ou indenizar, prontamente e a critério da **CONTRATANTE**, eventuais danos, avarias ou prejuízos ocasionados por ineficiência, negligência, erros ou irregularidades cometidas, mesmo culposamente, por seus empregados ou prepostos à **CONTRATANTE** ou a terceiros, no desempenho de suas atividades, autorizando, desde logo, o desconto em qualquer crédito que lhe favoreça.

3.1.2. Indicar responsável ou preposto com poderes para resolver quaisquer questões pertinentes ao serviço, para correção imediata de reclamações da **CONTRATANTE**.

3.1.3. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. Sua inadimplência com referência aos encargos referidos neste item, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto ou restringir o serviço.

3.1.4. Manter durante toda a execução do Contrato as mesmas condições de habilitação e qualificação.

3.1.5. Não transferir quaisquer das obrigações e responsabilidades previstas, sem o prévio assentimento da **CONTRATANTE**.

3.2. As obrigações decorrentes do fornecimento dos itens constantes no referido processo a serem firmadas entre o **MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL** e o **FORNECEDOR** serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

3.3. O MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por Notas de Empenhos, ou outros instrumentos equivalentes, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos itens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do §4º, do artigo 62, da Lei 8.666/93.

3.4. Os pedidos de fornecimento deverão ser formalizados pela Secretaria solicitante.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Efetuar o pagamento decorrente do presente contrato no prazo e condições estabelecidas na Cláusula Sexta deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA E PRAZO

5.1. O prazo de execução deste contrato será até 31 de dezembro do exercício em que foi assinado.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO E ENTREGA

6.1. A forma de pagamento do Município de Lavras do Sul é por empenho, devendo ocorrer o depósito em conta do contratado, em até 25 (vinte e cinco) dias consecutivos após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, visada pelo Fiscal do Processo.

6.1.1 O prazo para entrega do objeto deste processo será de até 07 (sete) dias úteis, a contar da data de transmissão da cópia do respectivo empenho.

6.2. Somente serão pagos os valores correspondentes aos bens efetivamente entregues, cuja Nota possua a assinatura que representa a aceitação por estarem os mesmos de acordo com as solicitações, por parte do Fiscal da execução do contrato, neste caso o servidor **Daniel Roberto Rael Machado**.

6.3. O Município poderá proceder à retenção do INSS, ISS e IRRF, quando for o caso, nos termos da legislação em vigor, devendo, para tanto, a licitante vencedora discriminar na NOTA FISCAL/FATURA o valor correspondente aos referidos tributos.

6.4. Para o caso de faturas incorretas, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para devolução à CONTRATANTE, passando a contar novo prazo, após a entrega da nova NOTA FISCAL/FATURA.

6.5. Não serão considerados, para efeitos de correção, atrasos e outros fatos de responsabilidade da CONTRATADA que importem no prolongamento dos prazos previstos neste edital e oferecidos nas propostas.

6.6. Os produtos ora licitados serão entregues conforme pedido por escrito, que se dará pelo envio da cópia da respectiva nota de empenho, devendo ser entregues no prazo de **até 07 (sete) dias úteis**, contados a partir do aviso de recebimento desta pela empresa.

6.7. A entrega deverá ser realizada dentro dos dias e horários e no local especificado abaixo:

CENTRO DE BEM ESTAR DO MENOR – CBEM e

CASA DE ACOLHIDA SANTO ANTÔNIO (ABRIGO)

Horário para entrega: Das 8h as 16h, de segunda a sexta-feira.

Rua João Ricardo de Souza, nº 250

CEP 97390-000

Lavras do Sul – RS

6.8. Os produtos serão recebidos provisoriamente nos locais especificados acima, onde será efetuada a entrega a servidora designado para recebimento do objeto contratado.

6.9. Os produtos objeto deste, deverão estar dentro das normas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que só seja aceito após exame efetuado por servidor habilitado, indicado para tal fim e, caso não satisfaçam as expectativas exigidas ou apresentem defeitos e incorreções, não serão aceitos.

6.10. Os produtos poderão ser rejeitados no todo ou em parte quando em desacordo com as especificações solicitadas, caso não corresponda ao exigido pelo Edital, e o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de até 24 (Vinte e Quatro) horas, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

6.11. O servidor responsável pela fiscalização do contrato, sendo fiscal para este processo e contrato será o servidor **Daniel Roberto Rael Machado**.

6.12. O prazo que trata o **item 6.6 desta cláusula** poderá ser prorrogado uma vez, desde que justificado e aceito pela Administração. Após esse período, fica a CONTRATADA sujeita as penalidades cabíveis, conforme disciplina a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu Art. 78, bem como o presente edital, no que diz respeito às SANÇÕES.

CLÁUSULA SÉTIMA – PENALIDADES

7. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), a Administração poderá aplicar, às detentoras da Ata, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas as seguintes penalidades, as quais poderão ser aplicadas na forma do Art. 86 e seguintes da Lei 8666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94, a critério da Administração, garantindo ampla defesa:

7.1. Por atraso superior a 10 (dez) dias do prazo entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de meio (1/2%) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o décimo primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a (30) trinta dias;

7.2. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

7.3. A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

7.4. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94.

7.5. **Advertência por escrito:** sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim consideradas as que não se enquadrarem nos dispositivos seguintes:

7.6. **Multa**, da seguinte forma:

7.6.1. A recusa do fornecedor em entregar o material adjudicado configura inexecução Total, sujeitando o fornecedor a penalidade prevista no **item 7.2.**;

7.6.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega configura inexecução parcial, sujeitando a fornecedora à penalidade prevista no **item 7.1.**;

7.7. Nos termos do Artigo 7º da Lei 10.520/2002, o Licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

7.8. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o Artigo 87 “caput” da Lei 8.666/93.

7.9. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao prestador em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

a) nos casos definidos no **subitem 7.6.2** acima: por 1 (um) ano.

b) nos casos definidos no **subitem 7.6.1** acima: por 2 (dois) anos.

7.10. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

7.11. A multa dobrará em cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor total a ser pago, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos de qualquer valor que venham a ser causados ao erário público, e/ou rescisão.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO DO CONTRATO

8.1. O descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, de suas obrigações legais ou contratuais assegura à **CONTRATANTE** o direito de rescindir o Contrato, nos casos e formas dispostos nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8666/93, sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

CLÁUSULA NONA – VALOR DO CONTRATO E DOTAÇÃO

9.1. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pelos itens, os seguintes valores:

9.2. **A despesa decorrente deste Contrato correrá à conta das DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS da CONTRATANTE:**

0178 – 08.243.0202 – 1.014 – 4.4.90.52.00.00.00.1147 - Equipamentos e Material Permanente.

0191 – 08.243.0203 – 2.028 - 4.4.90.52.00.00.00.1147 - Equipamentos e Material Permanente.

0186 – 08.243.0203 – 2.028 - 3.3.90.30.00.00.00.1147 - Material de Consumo - Manutenção CBEM.

0199 – 08.243.0204 – 2.032 - 3.3.90.30.00.00.00.1147 - Material de Consumo - PSE-Piso Alta Complexidade-AB

0198 – 08.243.0204 – 2.032 - 3.3.90.30.00.00.00.1032 - Material de Consumo - PSE-Piso Alta Complexidade-AB

9.3. Incluídos no preço estão todas e quaisquer vantagens e abatimentos, impostos, taxas, e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais que, eventualmente, incidam sobre a operação, ou ainda despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – FORO

Para dirimir eventuais litígios na execução deste Contrato, fica eleito e convencionado o foro da comarca de Lavras do Sul, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinadas pelas partes **CONTRATANTES** e testemunhas.

Lavras do Sul, ___ de _____ de 2017.

Sávio Johnston Prestes
Prefeito
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- 1) _____
- 2) _____